

A TEORIA GERAL DA HISTÓRIA

Considerações a propósito de um livro recente

O livro de José Honório Rodrigues, *Teoria Geral da História do Brasil* (1), é mais um serviço que à historiografia brasileira presta êssa diligente historiador. Com capricho e honestidade carrega para o português muito do que de bom existe na bibliografia estrangeira sôbre a teoria geral da história, levando-a com exemplos acertados colhidos na história do Brasil.

Uma procura de rumo. Rebelde ao empirismo que vem parasitando nossa historiografia, reclama um cimento filosófico e metodológico capaz de assegurar consistência à elaboração da pesquisa histórica. Empreendeu sua busca e, ao voltar da montada, desamarrou o sapicuí cheio de apreciáveis resultados. Fê-lo com certa esfreguidão aquecido pelo calor da aventura do espírito. Por vêzes as idéias ainda úmidas do entusiasmo da descoberta não tiveram tempo de se sedimentarem harmoniosamente na coerente argamassa das construções pessoais do pensamento, nem de serem fecundadas pela experiência do pesquisador. Essa impaciência reponta na inconclusividade de alguns capítulos apressados. E não é José Honório Rodrigues um tectista marginal: a história vem sendo o seu clima dentro do qual vive sua própria experiência de historiador.

Já nos deu, em colaboração com J. Ribeiro, o seu *Civilização Holandesa no Brasil* (2) justamente premiado pela Academia. Nesse esteiro, mais que ninguém, tem contribuído para a revisão dos estudos daquele fato histórico, inquirindo as mais recônditas fontes, para ordenar o precioso documentário que é a *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil* (3), e sua contribuição ao *Manual Bibliográfico dos Estudos Brasileiros* (4). Como diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, está na intimidade dos manuscritos, da paleografia, dos velhos mapas. Alguém que adquiriu o fecundo vício das fontes. E reclama água limpa de nascente e recusa a enxurrada que escor-

(1). — Instituto Editorial Progresso. S. Paulo. 1949.

(2). — Cia. Editora Nacional. S. Paulo. 1940.

(3). — Imprensa Nacional. Rio. 1949.

(4). — Gráfica Editora Sousa. Rio. 1949.

reu. Fontes que são apenas material para a inteligência, quando o historiador não é somente comentarista de documentos. A juxtaposição de peças anatómicas não compõe o homem: é preciso um sópro de vida.

Assim, para escrever êsse livro nada faltava a José Honório Rodrigues. Nem cultura, nem visão dos problemas, nem experiência, nem sinceridade. Embora refrigerado pela influência yankee, seu entusiasmo é autêntico e não profissional.

No Prefácio, um convite: apontar falhas veniais ou graves interseridas "por ignorância ou omissão". Ignorância? No Brasil, ninguém ainda, creio, dispôs de tão copiosa bibliografia especializada unida à experiência do historiador. Omissão? A quem oferece tanto, seria impertinência arguir esquecimentos. Impertinência aliás, que não resistimos à tentação de perpetrar desde logo. A moderna historiografia francesa está quase inteiramente sacrificada. O grupo da *Synthèse Historique*, revista dedicada exatamente aos problemas estudados, com artigos dos maiores teóricos da história como H. Berr, Lamprecht, Rickert, Windelband, Bernheim, Eucken, Villari, Croce, Xenopol, Naville, Lacombe, Caron, E. Rauh, Febvre, Jullian, Gentile, etc. etc. Apenas referências a artigos secundários não parecem bastar (5). A corrente tradicional da historiografia *historisante* representada por êsse rude trabalhador que é Louis Halphen (6). Ou ainda, e sobretudo, a brilhante equipe dos *Annales*, da história-ciência do homem, com Lucien Febvre e Marc Bloch à frente (7), e a nova geração da géohistória com Braudel e Charles Morazé (8). E Simiand? (9) E da bibliografia portuguesa? (10) Nada sobre a influência da filo-

(5). — Os livros de Henri Berr, diretor da coleção "Évolution de l'Humanité", marcam um momento de toda uma série de esforços no sentido da síntese. V. "En marge de l'Histoire Universelle" (coleção de prefácios daquela coleção), "La Renaissance du Livre. Paris. 1934), "L'Histoire traditionnelle et la synthèse historique" (Alcan. Paris. 1921) ou "A síntese em história" (tradução portuguesa de J. Abreu Filho. Renascença. S. Paulo. 1946).

(6). — De L. Halphen, diretor da coleção "Peuples et civilisations", vejamos os livrinhos: "Introduction à l'Histoire" (Presses Universitaires. Paris. 1946) e "Initiation aux études de l'Histoire du Moyen Âge" (Presses Universitaires; Paris. 1940). Crítica de Febvre nos *Annales* (1948, n.º 1): "Sur une forme d'histoire qui n'est pas la nôtre".

(7). — De L. Febvre: o art. (em colaboração com H. Berr) *History and historiography* na *Encyclopedia of the Social Sciences* (vol. VII. MacMillan. N. York-Londres, 1935), o Prefácio do livro de Morazé citado abaixo, o art. *Vers une autre histoire* na *Rev. de Métaph. et Morale* (n.º 3-4. 1948) e vários art. nos *Annales*. De M. Bloch, o "Métier d'historien" (Colin. Paris, 1948).

(8). — De Fernand Braudel, o grande livro da equipe dos "Annales", "La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II" (Prefácio) (Colin. Paris. 1948). De Ch. Morazé, "Trois essais sur histoire et culture" (Colin. Paris. 1948).

(9). — De Simiand: artigos sobre "Méthode historique et sciences sociales" na *Rev. de Synthèse* (n.º 6, 1903) e "La causalité en Histoire" no *Bulletin de la Soc. Fr. de Philosophie* (n.º 7, 1906).

(10). — Lembramos apenas — Ant. Ferrão, *A teoria da história* (Coimbra. 1927), V. Magalhães Godinho, *A crise da história e suas novas diretrizes* (Lisboa. 1948). Ou do velho Herculano, *Sobre história e historiografia* (seleção de Ant. Sérgio), (Seara Nova. Lisboa. 1937).

sofia de Bergson (11) ou do existencialismo através de Heidegger (12).

Quase esquecida a historiografia marxista e a metodologia dialética materialista, o que é grave, quando reiteradamente se criticam, segundo teóricos alemães, insuficiências do materialismo histórico (13). Certo, sobre questões tão complexas, não se pode reclamar bibliografia a gosto do leitor. Certas omissões porém atrasam uma obra que deve ser de seu tempo: o marxismo, o bergsonismo, o existencialismo dão fortes contribuições à filosofia contemporânea da história.

No entanto, alguns reparos aventamos que não foram pedidos. São mais sérios: alcançam o método e o espírito do livro. Evidentemente sem intuito de desmerecer o belo trabalho de pesquisa e meditação que representa. Diluir-se-ão talvez nos novos livros prometidos: *História e historiografia brasileira e Evolução da Pesquisa no Brasil*. Aliás, dois títulos perigosos pois diria que representam a mesma coisa.

Também deste o título é duvidoso. *Teoria da História do Brasil*. Sugestão editorial? Teoria geral da história, eis o que se contém. Mais este adendo: "aplicada à história do Brasil". A rigor não há teoria da história do Brasil. Seria surpreendente uma demonstração de sua existência. E ao lado: teoria da história da França, teoria da história da Guatemala, teoria da história das Ilhas Fidji.

O plano da obra. Clássico. Nesse particular quase decepcionante. Conceituação da história e sua função. Divisões. Disciplinas auxiliares. Método: utilização das fontes, crítica, síntese. Problemas: causalidade histórica e certeza histórica. Só ficou faltando um capítulo americano: a exposição histórica.

(11). — Da influência de Bergson: Davenson, "Bergson et l'histoire" in "Henri Bergson" (Cahiers du Rhône. La Baconnière. Neuchatel. 1943). Sob essa influência: Ch. Péguy, *Clio* (Paris. Gallimard, 1931), A. Chamson, *L'Homme contre l'histoire* (Grasset. Paris, 1927) e *Clio: ou l'histoire sans les historiens* (Hazan. Paris, 1929), R. Aron, *Introducción a la Filosofía de la Historia* (trad. esp. Losada. B. Aires, 1946).

(12). — Ainda sem frutos, é verdade. Salvo no teatro, parente da história. Todavia, de Heidegger e Jaspers é a influência que reponta no inteligente pequeno livro de Eric Dardel, *L'histoire, science du concret* (Presses Universitaires. Paris. 1946), incidentalmente citado pelo A.

(13). — Enorme a bibliografia sobre o materialismo histórico. Grande representante no Brasil: Caio Prado Junior. Na França inspira: Mathiez, Lefebvre, Daniel Guerin, Ribard. Sugestões: M. M. Bober, *Karl Marx's interpretation of the history* (Harvard University Press. Cambridge. 1948), J. Borchardt, *Le materialisme historique: introduction à la conception materialiste de l'histoire* (trad. do alemão de W. K. Eglantine. Bruxelas. 1931), H. Séé, *Le materialisme historique et l'interpretation économique de l'histoire* (Paris. 1927), H. Lefebvre, *Le materialisme dialectique* (P.U.F. Paris. 1948). Em português algumas traduções que não são secundárias: G. V. Plekhanov, *A concepção materialista da história* (trad. de O. Galvão. Rio. 1931), J. Stalin, *Sobre os fundamentos do leninismo*. Apend. Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico (Calvino. Rio. 1935), B. Croce, *Materialismo histórico e economia marxista* (trad. L. Washington, IPE, S. Paulo, 1948), Labriola, *Ensaíos sobre o materialismo histórico* (trad. L. Xaxier, Atena ed., S. Paulo. s/d).

Lembramos ainda a recente conferência de Bruhat, *Le destin de l'histoire* (Éditions sociales. Paris. 1948).

Eis um planejamento século XIX. A história estuda fatos. Tôda a ginástica do historiador é caçá-los em documentos lidos. Tôda a metodologia gira em torno do documento — viveiro de fatos. Estabelecidos os fatos, êles devem ser coordenados e depois compreendidos. Plano Langlois-Seignobos com clarezas de filosofia. Todo feito de harmonia lógica, didática e formal, tolhendo as iniciativas do espírito. Dosagem ponderada, abordagem seriada dos assuntos numa departamentação de intenções pedagógicas que frustam a espontaneidade ao pensamento.

Ausência de inquietação e de rebeldia. O historiador José Honório Rodrigues tem merecidamente vencido, e por isso acredita na história. General acostumado a alinhar pelotões de fatos para derrotar as hordas de trevas do passado. Fica na estratégia clássica: descoberta dos fatos fidedignos, coordenação e explicação. Sem perplexidades. Se os mestres às vezes se contradizem uns aos outros, enfileira-os caprichosamente: "Peleem ustedes". Desencanta uma brecha conciliatória e avança. Não duvida da cognoscibilidade do passado, nem da legitimidade das conclusões da pesquisa canonicamente realizada. Em quase nada negativista: um otimismo corado feito de nuances para cadenciar a investida. Sua filosofia, inspirada no historicismo de Dilthey que começou a escrever entre 1860 e 1870, no clima vitorioso de Bismarck, reflete aquela confortadora confiança quase romana na inteligência. E na possibilidade da recuperação dos fatos pretéritos, mobilizando-a. Dcs que passeiam por necrotérios com flor no peito porque se sentem vivos. Dogmatismo? Quase nenhum, signo de nobreza da própria inteligência. Autoridade compreensiva, sem agressividade.

Sua erudição inegável se mostra com elegante discreção. Dir-se-ia que escreveu um compêndio, tal a abstinente imparcialidade. E não é compêndio, o seu livro; anotações críticas e copiosas submergiriam o leitor ordinário. Por isso talvez o autor se ausente constantemente: escolas e opiniões se atropelam. Há disciplina, mas a coerência às vezes vacila. A posição de José Honório Rodrigues tem que ser adivinhada através de um rendilhado, tecido de orientações díspares, com fios de vária cor: Trevelyan, Dilthey, Croce, Troelstch, Collingwood, Cassirer, etc. Embora não se entredorem necessariamente, coagem a definições ecléticas quase sempre. Todavia sempre reponta um fio condutor na textura. E esse fio não é vermelho. Imparcialidade não quer dizer neutralidade. Embora sem compromisso, meio diluído, meio arrependido, pode-se rastrear o historicismo diltheyano. Companhia de velho entortolado: os discípulos, Heidegger ou Jaspers, seriam mais sugestivos, sem precisar conviver com a terceira geração, a sartreana, mais moderna, mas menos fecunda. E comprometedora.

Numa empresa como a teoria geral da história, a proposição de problemas lógico-gnoseológicos reclama, não somente familiaridade com a lógica moderna, mas também sólido lastreamento de

epistemologia e de filosofia geral. Armas para um ataque desassombrado das questões em profundidade. Do alicerçamento filosófico depende a concepção da história e de seu método. No caminho incerto da filosofia da história deve-se guiar o carro da filosofia com tanta segurança quanto o da história. Poder compreender Kant, Hegel, Bergson, Heidegger ou Marx. Os problemas gnoseológicos que propõe o estudo do método exigem mais que a experiência diária da pesquisa puramente empírica. Também é verdade que os operários sabem fabricar excelentes pilhas elétricas sem conhecer a teoria eletro-dinâmica da eletricidade. Na técnica há lugar para o automatismo do artesão. Também no campo da história existem meros artesãos, técnicos da pesquisa. O grande historiador porém precisa de um equipamento de idéias gerais, de conceitos, de visões da realidade que só a filosofia pode dar. Mas filosofia não é erudição, é maturação. "As teorias interpretativas dependem da concepção do mundo." (pg. 254) José Honório Rodrigues não teve medo de incursionar por terra estranha, a da filosofia. Com intrepidez. Poder-se-ia mesmo dizer, com heroísmo. Mas com certa insegurança também.

O livro de José Honório Rodrigues começa do mesmo jeito que o de Marc Bloch: para que serve a história? Indagação de espírito moderno: eminentemente pragmatista. Sua resposta: "ao lado do valor educativo, seja cívico, seja político, social ou meramente geral, ao lado da função de compreender o presente e da finalidade utilitária nas questões internacionais, a história possui alta e suprema função catártica" (pg. 23). A história como um *processus* de auto-destruição: eliminação dos resíduos do passado. Máquina de liberação de consciências a triturar preconceitos e angústias.

Mesmo que perdoemos essa confusão entre valor, função, finalidade, sinceramente, são artificiais essas *utilidades* da história. Que me perdoem o olímpico Goethe e esse velhote ranzinza que é Croce em quem se fundamentam essas opiniões. Valores educativos e derivações catárticas: maneira americana de resolver simplista e empiricamente um grande problema, com dispêndio mínimo de reflexão. Desfiguração do problema. A história pode servir a esses fins, mas não existe para esses fins. Como as flores podem servir para enfeitar os ambientes, mas existem como órgãos sexuais das plantas para assegurar-lhes reprodução. Aquêles objetivos podem ser de professores de história, de doutrinadores políticos cujas intenções vão além da história. E que, por isso, fazem da história instrumento: galeria de grandes exemplos a serem meditados. Meditemos no exemplo de Verdun: o resultado será Maginot, Sedan, Vichy.

Para o historiador, outra é a questão: o problema da legitimidade de seu esforço, do papel da história na dinâmica da cultura. No pensamento do homem. Pode guiar a ação, mas sua função na

vida mental, qual é? O verdadeiro problema não é o da utilidade, é o da funcionalidade. Arrepiava aquela nota 23 (pg. 259), apud L. Rousset: a história serve de ganha-pão aos bibliotecários, arquivistas, professores de história. Como uma água anilada serve para o charlatão ganhar dinheiro. Nem mesmo aos políticos é muito útil: não foi a história que fez Churchill o gênio político da Inglaterra contemporânea, e sim uma vontade de aço servida por desabusada capacidade de trabalho. Se às vezes serve, serve às vezes. E os historiadores geralmente são políticos desastrados. *Verbi gratia*, essa linhagem de historiadores burgueses de 48: Guizot, Lamartine, Thiers: intoxicados pelo liberalismo estilo 89, não viram crescer o portentoso sáurio da questão social que os havia de deglutir. A história romana desgarrou o gênio de Napoleão, fruto de um neoclassicismo retardatário, refreando o que teria sido a modernidade de sua obra política. Sua criação de águias casáreas perdeu o páreo no galinheiro da burguesia decepcionada. E quase sem cultura histórica.

Não. Não se há de buscar finalidade para a história fora da história: libertação do passado ou iluminação do presente. Seria alienar a história. Enquanto história, não pretende ser praticamente útil: nenhum estudo histórico sério conclui com um formulário. Quando Mousnier escreve o seu "La véralité des Offices sous Henri IV et Louis XIII" certo não o faz com sinistras intenções. O historiador sabe que as condições mudam: a experiência anterior não se aplica mais. A história "não se julga encarregada de prover para os vivos de hoje uma farta conta no banco dos precedentes próprios para lhes determinar a conduta. A única lição que pretende dar é que não há lições da história" (*Febvre*).

Nem se acuse a história de sabotar os pendores revolucionários de cada tempo. A teoria da revolução social contemporânea abasteceu-se no celeiro da história. O segredo de Marx foi a mobilização de fatos históricos para sua ofensiva doutrínaria contra a ordem burguesa. Vinha de Hegel.

A incidência da história no presente tem que ser estudada. Mas independe geralmente do conhecimento de história. As experiências anteriores não se transferem sem adaptações para situações novas. É o que a gente aprende em psicologia. Poderia o Marechal Mascarenhas de Moraes, ao voltar com a F. E. B. vencedora, aproveitar a experiência napoleônica para realizar com sucesso um Golpe do Brumário indígena? Podê-lo-iam Eisenhower ou Montgomery? Ou Timoschenko?

A história diz o que o homem faz, logo o que o homem é: eis a lição de Collingwood e Dilthey (citados pelo A.). De Michelet ou Lucien Febvre, acrescentamos. Isso basta. Conhecer o homem, eis o seu programa. Conhecê-lo pela obra — as civilizações. Uma vez que não pode penetrar-lhe nas intenções que estão emparedadas. Para que pedir mais à história? Ela não é capítulo da moral.

E' óbvio que tóda a ciência tem por finalidade conhecer a realidade que estuda. Se dêsse conhecimento extraem-se applicações práticas, não é mais culpa da ciência. O próprio A. se contradiz quando, citando Hegel, afirma que o pragmatismo — êsse mesmo que procura fins para a história fora da história, — foi superado desde o século XIX, porque nenhum povo jamais aproveitou as lições da história.

No estudo da idéia de história, José Honório Rodrigues repõe ainda uma vez o problema da cientificidade da história. Debate já cansativo. As respostas têm que flutuar conforme a concepção de ciência de cada um. E essa concepção não está cristalizada. Se ciência é, por exemplo, conjunto sistemático de leis, a história não é ciência. Se corpo de conhecimentos obtidos através do método científico-experimental, também não. Mas se o que caracteriza a ciência é a preocupação com a realidade, o contróle da veracidade das informações, a fidedignidade dos métodos, a intenção de compreender os fatos pelos por quês, então não há negar-se cientificidade à história. Não é um fichário fotográfico de narrações fiéis, mas busca para além da pura objetividade estreita, pelo uso da inteligência, inferir liames explicativos que solidarizem os fatos. Aliás, José Honório Rodrigues collocou com exatidão o problema ao rastreá-lo através das filosofias.

Mas, que importa afinal que a história seja ou não ciência? E que todos concordem com isso? Foi o cientismo século XIX que pretendeu aristocratizar certos conhecimentos com o epíteto de científicos, como se os demais fôsem plebeismos da cultura. Ciência ou não, a história mostra o homem ao homem. Para os historiadores, é ciência. E', e está acabado. Como se dissessemos: bonita ou feia, leviana ou virtuosa, quero casar com ela. Se V. não gosta, não pense nela. E se não crê, trate de sua vida, que dela me encarrego eu.

Importante o problema da causalidade em história. Problema terrível. Terrível e obscuro. A reclamar a cada passo o soro revigorante da filosofia. Já era tempo de alguém afirmar entre nós que em história não há causas no sentido naturalístico de relação necessária e constante. Em histórias, nada de "data causa sequitur effectus". Ciência da mudança, do que *foi sendo*, ela refuga todo mecanicismo estraito. Êsse mecanicismo pseudo-científico de causa-efeito que devia desembocar necessariamente no oceano das leis. Êle é esterilizante. Espécie de dieta para emagrecer que se impõe à ciência. "Não explica o novo mas como que o escamoteia, para não considerar na mudança senão a identidade", diz H. Berr. Busca do mesmo, da uniformidade, descarnando a vida e iludindo o tempo. Em psicologia engendrou o behaviorismo na aridez de seus esquemas estímulo-reação. Atirou as inteligências à procura frenética de leis e mais leis. Insônia de Buckle ou dos corifeus do comtismo. Essa busca do campo magnético da lei científica tem

desnorteado muita bússola em história. Humana pretensão de eliminar o acidental ou contingente visando assegurar a inteligibilidade de uma realidade rebelde, através da imposição de uma disciplina simplificadora, cômoda ao espírito que generaliza para economizar memória. Não se trata de proibir o uso da palavra causa, observa J. Honório, mas de retificar o conceito que não é o mesmo das ciências naturais. Onde está o homem está o espírito, estão as representações, os sentimentos, os motivos. O fato histórico, por assim dizer, transita por uma área que não é a pura materialidade do objetivo. Há um conteúdo psicológico que não pode ser esquecido.

Supor que o encadeiamento cronológico dos fatos se resolve em um determinismo inelutável, numa mecânica de fatalidades, é igualar o fato às origens e subtrair a mudança. Confessar a impotência da razão para apreender o cambiante. Já a distinção entre a causa e o fato que seria o efeito é artificial. Onde termina a causa e onde começa o fato? Determinação impossível porque um está por assim dizer dentro do outro (14). Se dissermos que a causa do Golpe do Brumário foi o anseio de ordem pela burguesia, não diremos mais do que se disséssemos que o anseio de ordem da burguesia se manifestou pelo golpe do Brumário. A chamada causa — anseio de ordem, e o suposto efeito — Golpe do Brumário, afinal são o mesmo fato histórico. A menos que a história pretenda apanhar o nó de transição, a própria passagem entre a causa e o efeito. Mas isso não seria nada. Se se cavalga a idéia de sucessão nem por isso a causalidade se torna mais convincente. A continuidade não implica em causalidade. Essa continuidade é uma descoberta do espírito para o qual a causa viria depois do efeito. A causa não provocaria o efeito, cederia lugar para êle, eclipsando-se diante dêle. Êle continua? Não, morre logo empós como causa de outro efeito. E não volta mais. Só reaparece como representação no espírito do historiador no qual o caminho seria inverso: efeito e depois causa. Onde a sucessão necessária? *Datum effectus sequitur causam?*

O problema da história não é explicar a determinação de um fato por outro. O vir depois não significa que um fato fabrica outro. São tais as probabilidades de geração de fatos novos que contém cada complexo histórico, que se torna ingenuidade afirmar a *posteriori* qualquer determinação necessária. Como o historiador que diante da morte de Robespierre, depois de escrever a atmosfera da reação termidoriana, parafraseando Danton, concluiu-se triunfante: “eu não disse que êle seria guilhotinado!”

A idéia de causa ligada à de necessidade implicaria na existência de leis em história. Grande problema, apenas aflorado pelo

(14). — “Equívoca-se o homem reflexivo, especialmente quando pergunta pela causa e o efeito, ambos juntos formam o fenómeno indivisível”. (Goethe).

autor. (pg. 261, nt. 10) Talvez sejam descobertas um dia, mas as tentativas nesse sentido têm sido vãs. Leis só onde há constância de relações. A relação causa-efeito impõe uma linearidade de relação, pela neutralização das variáveis. Em história, porém, não há causa, há causas. Empregada no plural a palavra causa torna-se simples relação, ou melhor, condição. Cada fato é novo. Ele entra na seqüência dos fatos e a altera, é o acontecimento. Não se soma aos outros, modifica-os em seu significado porque vem dos que o antecedem e interfere nos que vão sucedê-lo. Poder-se-ia falar em causa de um fato que ocorre pela única vez? Entre as "causas", o historiador escolhe a mais próxima ou a mais geral e a responsabiliza pela ocorrência do fato. Arbítrio do espírito que elege. A repetição da causa determina a repetição do efeito. Mas se há causas (no plural) que se interpenetram diferentemente, surge o novo, o histórico. Combinações imprevisíveis. Balanço de caleidoscópio. Mas então as causas perdem sua eficiência e passam a ser condições. É a combinação eventual das várias condições que passa a ser causa. Uma espécie de causa plural. Na impossibilidade de se inventariarem completamente essas condições para se ver o jôgo das combinações acidentais de cada momento, chama-se causa ao mais próximo por parecer mais eficaz. Tudo isso só é válido admitindo-se uma hipótese artificial: a de que é possível isolar um fato histórico para apreensão das condições de sua ocorrência. Fato histórico, irmão dos protons.

A causalidade em termos mecanicistas está liquidada em história. A contingência interferiu nos planos. Não será a contingência por sua vez um complexo de causas que refogem à inteligibilidade pela configuração de um complexo de condições refratárias a todo inventário racional? Por deficiência instrumental da razão humana no seu estado atual? E porque não pode ser controlado, o contingente não pode ser previsto. Chamamos a isso acaso. Acaso, sinónimo de ignorância. Impotência da inteligência para dominar uma realidade fugidia porque demasiado complexa. O acaso passa a ser questão de probabilidade. Problema de combinações em que muitos termos são incógnitas. Eis porque o domínio da história, que é o da contingência, despede a idéia de causa necessária e acolhe a de condição. Em lugar de explicações — determinação de causas fatais —, a história oferece compreensões. Compreender o que vem antes — antecedentes. E o fato — consequente.

Qual a tarefa da ciência se não a de lutar contra o acaso? Para isso tem que destróçar o complexo das condições através da pesquisa analítica. Para depois recompor êsse complexo de condições que motivaram o fato, e compreendê-lo então. Um êrro pretender unicidade de causa. É uma ilusão supor realizável um inventário completo das condições plurais. Omite José Honório Rodrigues o estudo do acaso.

As próprias ciências chamadas exatas desde que o conceito de relatividade nelas penetrou renunciou à mística da causa necessária nutrida pelo cientismo. Mesmo na psicologia behaviorista a idéia de motivação para explicar a conduta humana contradiz todo mecanicismo causal. E MacDougall corrigiu John Watson. A história tem suas raízes na psicologia: repele a tirania da causa necessária. Por ventura não foi a reação contra a idéia rígida de causação que eliminou o determinismo geográfico devorado pelo possibilismo? Haveria um possibilismo em história? (15).

Confundir sucessão cronológica com encadeamento causal dos fatos é esmagar o homem e matar a história. Se há uma progressão mecânica, implacável, e os fatos são resultantes inevitáveis dos fatos anteriores, todo o presente e todo o futuro estão contidos no passado, isto é, tudo pelas origens já está feito, não há lugar para a mudança, não há história. Aperte-se um botão para o tempo escorrer, e tudo acontecerá numa ordem predeterminada. Essa explicação causalitária correspondeu em certo tempo a uma necessidade espiritual de segurança, ao temor da mudança e do fortuíto, temor da realidade protéica a refugir à harmonia da estética burguesa e ao esquematismo da lógica formal. Os tempos mudaram e a inteligência é agora mais quixotesca: acomete moínhos.

Mecanizar as relações entre os fatos é admitir a previsibilidade dos eventos. Profetismo científico que é ainda sonho.

Entretanto, para retificar o uso da idéia de causa não era preciso afirmar que em história os fatos são propositados, intencionais, conscientes (pg. 56). Exagêro da incidência do psíquico, a reclamar o estudo das intenções, como se tudo fôsse consciente na atividade humana. Não é verdade em história, porque não o é em psicologia. Instintos, impulsos, tendências, emoções, dinamismo subconsciente atuam mais que a consciência, às vèzes máscara ou veículos dêles.

Libertar-se do mecanicismo não é radicalizar a tese contrária. Dispomos de fatos, não de intenções. Esse psicologismo é ainda residuo de uma concepção individualista da história, desnecessário à refutação do mecanicismo. Fatos e atos se entretecem. Dizer-se que a causalidade histórica é "quase que exclusivamente psicológica" e consciente certo é exgerar e desfigurar, substituindo a causalção mecanicista pela motivação psicológica. Não seria uma redução da história à psicologia narrativa, a essa "Geisteswissenschaftliche" de Spranger a que se refere? Descobrir a disciplina racional dos fatos depois de acontecidos é a tarefa do historiador. Isso não significa que aconteçam por razões conscientes em seu tempo. Corrige-se porém o A. ao mostrar que a eticologia não se sacia

(15). — Pensamos no *Urronia* de Renouvier, uma história que poderia ter sido. (Trad. esp. Losada. B. Aires. 19..).

com o psicológico, pois recorre a “fatores de ordem material” também. Fatores, termo equívoco, mas a idéia restringe o radicalismo.

Dentro de suas linhas clássicas, por que não aborda o livro a questão do objeto da história? Que estuda a história? Lógicamente era preciso passar por esse pórtico. Nada seguro, de resto. Da resposta decorrem as inferências sobre método e cientificidade da história. Seu objeto é o fato histórico? Mas que é fato histórico? Ou não há fato histórico específico? Mas uma historiografia de fatos e mais fatos seria a ressequida e distrófica história “*événementielle*” (adjetivo de Simiand). Para não ser crônica tem que ultrapassar os fatos para compreendê-los. Como ascender dos fatos à *compreensão*, para além da narração?

Outro problema emerge logicamente no plano ideado: o fato histórico é o social? Na história: a sociedade ou o indivíduo? História-massa ou história-biografia? Marx ou Emerson? Para Dilthey o melhor material a auto-biografia. Certo? Problema um pouco artificial impondo uma oposição irreal, talvez. Mas ele existe e era preciso enfrentá-lo.

Não é fácil responder. Nem sempre são os mesmos os fatos que incitam os historiadores em épocas diferentes. Épocas do culto do homem: o Renascimento com a paixão da biografia, como o nota Burckhardt. Época de atração pelo social como a nossa, espartada pelo aguilhão dos movimentos socialistas. O historiador não é um marginal a respirar como um Buda saciado a atmosfera da eternidade: carrega o assanhado formigueiro das idéias e sentimentos de seu tempo. Da cornucópia do tempo ele retira aqueles fatos que sintonizam com seus interesses.

Essencial o problema da seleção dos fatos. Como pôde menosprezá-lo José Honório Rodrigues? Tem sido empírica, ritmada pela cadência das preferências eventuais do historiador. Verdade que a história ainda não descobriu um critério de fixação de seu campo de indagação, porque tudo que diz respeito ao homem considerado no tempo cai sob sua jurisdição. País sem fronteiras. E não há critério rígido exatamente porque a escolha dos fatos decorre do historiador, cujas indicações estão condicionadas pela atmosfera em que viveu, ou pelo acaso que conservou os documentos que usa. Grave questão a abordar-se no limiar do estudo do método.

Valores culturais segundo Rickert ou a eficácia histórica segundo Meyer, o critério de seleção depende sempre das tendências do momento. Respostas às perguntas do presente, diz Cassirer (pg. 48). “Interesses da atualidade e juízos contemporâneos” dirigem a seleção do material historiográfico.

Nem tudo o que acontece é apanhado na rede da história. Fatos há insignificativos para ela que também desprezados no sordvedouro do esquecimento. O passado é enorme, esmagadoramen-

te enorme. Dessa imensidão, nem tudo fica. E do que fica, nem tudo o homem se interessa por salvar. O esquecimento é uma defesa, embora em grande parte devida ao acaso. O historiador não salva o que quer, nem a humanidade esquece o que quer esquecer. Mas da massa dos fatos pretéritos, elege-se os que de alguma forma possam ter algum significado no presente. Qual o critério de seleção? Eis um enorme problema. Não meramente teórico, mas instantaneamente prático. Com que material povoa seu "laboratório"? Quais as peças dignas de serem estudadas? Seguir por inércia o arbítrio dos cronistas de história política é fazer estagnar a historiografia. Quando Febvre propõe o estudo do instrumental mental do homem do século XVI sugere um novo tema aos historiadores, no sentido de uma história das mentalidades. José Honório Rodrigues apoia-se em Cassirer para afirmar, de passagem, que é o interesse do presente que dita o critério de seleção (pg. 48), e para confirmá-lo contradita com agudeza um exemplo do próprio Cassirer.

A historiografia fica assim na dependência da história. Ou, em outros termos, a história que se escreve depende estreitamente da história que se vive. Tempos religiosos, desenvolvimento de uma historiografia agiológica. Tempos humanísticos, historiografia classicista. Tempos de trepidação econômica, predisposição para a história econômica e social. Poder-se-ia reclamar de um cronista palaciano o estudo do homem anônimo do povo? Quando brotou exuberante a historiografia da Revolução e do Império senão quando os movimentos liberais nos meados do século XIX reaqueceram o interesse pelos fastos políticos?

A linha do interesse porém não constitui critério de seleção dos fatos "historiáveis". Nem satisfaz também dizer-se que são recolhidos apenas os fatos importantes. Afinal, que é fato importante? Os que são prenes de conseqüências. Conseqüências que só podem aliás ser avaliadas a posteriori. E como saber quais são as conseqüências importantes? Pelas conseqüências das conseqüências? Chegaremos aos dias atuais nessa descida. E nos dias atuais está o historiador, árbitro soberano da escolha. E ele não está à margem das águas que correm. Ele não é supra-histórico ou não-histórico. Está dentro da caudal de seu tempo, e é de dentro de um movimento que o leva, que ele espia o movimento que ficou para trás, retratado em documentos. A importância do fato mede-se menos pela fartura das conseqüências vistas estáticamente, do que pela intensidade do seu acontecer. O historiador não *antevê* as conseqüências para se dedicar ao estudo de um fato. Há uma espécie de intuição da historicidade do acontecimento. O que fazia escrever Nietzsche: "só a mais forte tensão de vossas faculdades superiores vos fará adivinhar o que é grande no passado" (16).

(16). — De la utilidad y de los inconvenientes de los estudios históricos para la vida. pg. 52 (trad. G. Mener. Ed. Bajel. B. Aires. 1945).

José Honório Rodrigues percebeu a dificuldade do problema ao recorrer à teoria dos valores de Rickert (pg. 38-9). Mas o que reina é, ao lado do acaso da sobrevivência dos vestígios, o arbítrio do historiador. E ele está sujeito à ressonância dos fatos no seu próprio tempo. A retentividade da memória do homem não obedece a nenhum critério lógico: há caprichos da memória que são inexplicáveis, apesar da psicanálise. O mesmo se pode dizer da história.

O historiador não quer ser esmagado pela massa dos fatos. Atira carga ao mar para não sossobrar no oceano do passado. Se o fim é encontrar o homem e conhecê-lo, procuram-se certos traços característicos, fatos que o tipifiquem. Fazem-se diagnósticos pelos sintomas. Exemplos de uma época, para refazê-la. Fatos e homens aparentemente sem importância adquirem relevo. É a fortuna inventariada de um pequeno burguês medieval, importante, segundo o critério das conseqüências? Não. E no entanto, através de informações sintomáticas de seu padrão de vida, podemos retratar a vida de toda uma classe social. Como fez Pirenne ao se utilizar da vida de um Godrico de Finchal. Não se trata de um critério, mas de um recurso para a reconstituição do homem do passado. O Rabelais de Febvre não é porventura um pretexto para retratar o homem do século XVI?

O critério aparentemente objetivo que procura com uma frialdade de peixe inventariar os fatos para escolhê-los segundo a fecundidade em conseqüências pretende encontrar o universalmente aceitável. Tudo girando em torno dos fatos projetados na perspectiva do passado por um historiador irreal situado na área do intemporal. Mas não é o historiador que vai ao passado; é o passado que vem ao historiador. O que ele faz é um esforço de transposição para poder compreender. E, ao ir imaginativamente ao passado, o historiador leva sempre sua mentalidade de hoje. No presente, o passado tem que se apresentar com o vestuário do presente. Não só a filosofia, a lógica também muda com os tempos.

O historiador quer reconstituir objetivamente os fatos, sem deles participar, mas não pode se livrar do subjetivo! Ao abrir o espírito aos fatos, ele os tinga de sua própria subjetividade. Na medida em que o tempo escoar, tem o horizonte alargado para ver as conseqüências. Estas podem não ser imediatas mas de ação retardada. Então, para escolher o fato a estudar, seria preciso que o historiador já tivesse conhecimento de suas conseqüências. E como veria as conseqüências se não tivesse conhecimento prévio do fato que as tivesse determinado? Ou ele partiria sempre do presente? Mas, qual o historiador que, para estudar a Questão das Investiduras no século XI, iria partir da época atual?

Essa preocupação de objetividade descarna a história e não realiza seu programa de ver o fato como se o historiador não existisse de permeio com a carga cultural de seu tempo. Tendência a

materializar o fato histórico, a vê-lo como coisa, na linguagem de Durkheim. A torná-lo extenso, mensurável, classificável (o fato histórico que é único!), quando o que nele vale é sua temporalidade, sua intensidade, sua singularidade. Inútil e desfigurante o esforço para imobilizar o fato histórico. Ele é mudança contínua no espírito do historiador que é mutável também. Materializar o fato histórico para medi-lo estatisticamente, quantificando-o, é pôr em risco sua temporalidade. Risco de tirá-lo do tempo.

O fato histórico existe calcificado no passado. Certo. Não é uma invenção da mente. Continua a existir, porém, vivo no presente, na visão do historiador. Não no *mare magnum* inextricável de suas conseqüências. Através do cipoal das conseqüências não se chega ao fato. Chegar-se-ia à administração colonial através do estudo da complexidade burocrática de hoje?

O fato que existe no passado não é abordável. O que se tem é o fato do passado trazido para o presente. Nessa caminhada ele deixa de ser ele mesmo porque passa a carregar seu futuro, agora revelado. O que era futuro quando ele estava acontecendo, tornou-se passado também. E o historiador pode pois vê-lo além dele. Mas, nem por isso pode partir desse mais além.

O caminho de um critério de seleção dos fatos é o próprio espírito do historiador. O fato puro não é apreensível: borra-o o presente através dessa realidade viva, o historiador. O fato visto pela história é mais que o fato acontecido porque mudou na medida em que pervagou no tempo. O historiador ao inventariar os fatos com as etiquetas das datas procura seqüestrá-los à mudança. Cada acontecimento novo porém modifica o conjunto. E tudo acontece sempre, está sempre acontecendo. Toda imobilização é sempre provisória: a história se reescreve sempre.

A escolha implica em um esquecimento de tudo o que parece irrelevante. Que pode parecer irrelevante hoje para este historiador mas vir a parecer importante amanhã. O critério das conseqüências está à mercê da acuidade do historiador. E cada vez que determina uma conseqüência ainda não focalizada para um fato, esse fato se altera em seu espírito. Assim, ele spanha os fatos no passado e pensando sobre eles os atualiza. Vê relações insuspeitadas antes. Os fatos passam a ter novas significações na sucessão total. A historiografia não progride apenas pela soma de novos fatos descobertos, mas também e principalmente pela revisão dos fatos já estudados. As redescobertas são tão frutíferas quanto as descobertas.

O estudo que faz José Honório Rodrigues do que chama periodicização é útil e atual. Pena que não tenha descido à análise mais fecunda dos chamados ciclos da história. Exatamente para poder debater a questão da irreversibilidade dos acontecimentos. Nem das construções de sabor filosófico de um Comte, de Hegel, de Spengler, de Marx.

Boa a idéia que faz de periodização (pg. 79). As divisões não dividem os fatos, apenas apresentam grupamentos cronológicos necessários ao pensamento do historiador. Quando êste distingue o econômico, o religioso, o estético, o político, etc., claro, mutila a realidade para poder abordá-la, sem se embarçar na complexidade com que se apresenta. Há de fato ruptura de unidade de vida. "Unilateralidade de visão" inevitável no estado atual da pesquisa. Periodização e especialização, duas formas de desfiguração da história. A primeira sacrifica a continuidade do fluir histórico com seccionamentos artificiais. A segunda destroça a unidade da realidade estudada. Outra adulteração: divisão pelo critério geográfico, pela área, pelo cenário dos fatos. Igualmente a eleição das personagens históricas pelos estudos biográficos. José Honório Rodrigues não aprova a biografia. Incoerência de quem reclama riqueza psicológica ao historiador.

Só depois dêsse arrazoado prévio, é que o Autor, agora sem remorsos, empreende a análise do valor das divisões sabendo-as meros recursos metodológicos. Para datar e classificar, suspende-se o movimento da história, imobilizando-a momentaneamente em quadros mais ou menos compreensivos. Convite comprometedor para fugas clandestinas às seduções dos "rendez-vous" da generalização.

Original a proposição do problema para a história do Brasil. Mas por que não tratá-lo na acepção moderna dos ciclos econômicos, mais fecunda e liberada do despotismo da história política? E por que não propor uma periodização da história do Brasil quem está apto a delinear-la? Certo, toda a periodização é artificial, de fins didáticos ou metodológicos apenas. Nunca pode enquadrar e superar os assincronismos de desenvolvimento das várias atividades do homem: o artístico, o político, o social, o religioso, etc.

Aliás, sabemos que os cortes do tempo não têm sentido de realidade. Toda a divisão do tempo que é implacavelmente contínuo é uma pura espacialização, uma mensuração do inespaçial. O historiador tem que apresentar o escoamento do tempo fixando-o pela referência à sucessão dos fatos. Por que é a sucessão que permite explicar. Por isso, cada divisão é apenas um patamar de escada. "Conquanto indispensável, tem valor secundário; é sempre imprecisa e flutuante, e, até certo ponto, arbitrária". (Huizinga). A divisão cronológica não significa nada. O que importa é o conteúdo de civilização que veiculam expressões como Idade Média ou Baixo Império. Daí a tendência à discussão das datas limites ou à segmentação dos períodos tradicionais. Divisões que de resto só se aplicam à história européia que, porque o mundo está europeizado, é tomada como história do mundo.

O problema não é sem importância. Troeltsch considerava-o mesmo essencial à verdadeira estruturação da história. Coroamento do pensamento histórico. O Centro Internacional de Síntese

gastou semanas de discussão com Halecki, Iorga, Eisler, H. Berr, Cohen, Febvre a debatê-lo. Todavia, qualquer resposta depende do critério a ser adotado: o político (von Bülow), as crises (H. Spangenberg) ou o cultural (Troeltsch)? O início da Idade-Média torna-se elástico: o romanista o retarda, o mediavista o faz precoce. Um historiador da literatura, ou da filosofia, ou da arte não data o início da Idade Média no mesmo século que, por exemplo, Pirenne segundo a história econômico-social. Essa oscilação de datas revela a inanidade das divisões de base cronológica. Apela-se então para as divisões de base tipológica, pelo conteúdo cultural dos segmentos considerados. O pior é que as expressões de cultura não são sincrônicas: o esplendor econômico, por exemplo, geralmente antecede à eclosão da vida artística de uma civilização. Os regimes políticos mudam em consequência de alterações da vida social. Daí a inocuidade científica das divisões por cortes cronológicos e a necessidade de se admitirem “áreas” temporais de transformações entre um período e outro. Áreas essas aliás flutuantes conforme o elemento considerado: o cultural, o econômico, o político, o social etc. E conforme a região considerada. Não é menos discutível o seccionamento segundo o conceito de gerações aventado por alguns historiadores. Essa dubiedade interfere na precisão terminológica da historiografia. Certos termos perdem o significado inicial e passam a designar indiferentemente certos momentos históricos ou certos aspectos da vida. Termos como clássico, medieval, renascimento, etc.

O Autor estuda os diversos tipos de história. Tipos? História diplomática, religiosa, econômica, serão tipos? A expressão desagrada. São áreas e não maneiras de estudo. Divisão que se faz de acordo com a natureza dos fatos estudados. Puro andaime. Fracionamento provisório. E “com ruptura da unidade complexa da vida”. A verdadeira história é totalizadora: reencontra o que Marc Bloch chama a “unidade das consciências.” O homem na pluralidade de sua vida.

Este capítulo poderia ter sido excelente e original. Mas aparece com a fragilidade da improvisação. Visivelmente encomendado como se diz no Prefácio (pg. 13), uma “tentativa”. Sem ter previamente fixado a idéia de fato histórico, não poderia, em consequência, conceituar os “tipos” de história. Divisão incompleta, logicamente sujeita a verdadeiras “panes”. Exatamente porque é uma divisão meramente didática e extra-histórica. E cujo valor é negado *in limine* pelo Autor, quando critica com muito boas razões teóricas a especialização como deformadora.

História geral civil. Por que geral? História geral — a da explicação das grandes linhas de desenvolvimento — exclui particularização. Ou geral quer dizer que é feita de pedacinhos das demais? Ou geral está no sentido de nacional? Opõe-se então a

universal?! Ou o local? E civil? Sinônimo de política? Ou antônimo de militar? Da civilização? Adjetivo multívoco.

Por que história política e história das instituições políticas? As instituições também são acontecimentos. Não são estáticas. Ou não caberiam dentro da história. Porque às vezes a palavra história, e às vezes a palavra historiografia? O autor bem sabe que não são a mesma coisa. Historiografia eclesiástica. Expressão duvidosa: pode ser a historicografia escrita por gente da Igreja. Pelos monges de Alcobaça ou de Saint-Denis. História das religiões, isto sim. Historiografia científica. Outra expressão inteiramente vaga. Científica há de ser toda a historiografia séria contemporânea. História da ciência, eis a coisa. Na verdade, história da cultura e seus capítulos: história da ciência, história da arte, história da técnica, da educação, dos costumes, etc. Por que omite a história da arte? E, o que é mais grave: a história social? E história territorial? Que é isso?

Este estudo que como sistematização é precário, todavia, merecia ter sido feito só para que José Honório Rodrigues tivesse oportunidade de apresentar, em notas, riquíssima bibliografia de história do Brasil, embora apenas exemplificativa. Sugestão para um grande trabalho, como o *Repertoire bibliographique de l'histoire de France*, de Caron e Stein, ou a *Bibliographie d'histoire de Belgique*, de Pirenne, revista por Nowé e Obreen em 1931.

E' pobre o estudo que faz da biografia, gênero histórico-literário que tem causado tanto mal quanto bem à historiografia. Por que não discutir a legitimidade do gênero? Quando Dilthey o valorizava tanto? Definir os contornos, limites, técnica, com abundância de exemplos críticos. A biografia de Lutero de Febvre não é a mesma coisa que o *Napoléon intime*. E será a mesma a Joanna d'Arc de Michelet, a de Anatole, a de Bernard Shaw? E' preciso vacinar os neófitos contra os abusos. De acordo: "as vidas romaneadas têm se tornado um dos piores instrumentos de adulteração da história" (pg. 104). Mas alimentam o interesse do grande público. E isso não é sem importância. Lição para os historiadores: é a vida que exerce sedução sobre os que vivem.

Mesmo reconhecendo a utilidade da biografia como "contribuição decisiva e definitiva" para a história, não é justo afirmar que ela torne o fato histórico "unilateral e parcial" (pg. 81), e ao mesmo tempo ver a história como estudo do homem. O que é condenável é a má biografia, a biografia panegírica que é deformante por superestimar a eficácia histórica do indivíduo. A biografia vê o indivíduo na sua época, e época no indivíduo. Nele, os movimentos gerais se entrecruzam (expressão de Dilthey). Também não se há de crer que "só o homem histórico, a cuja existência se ligam efeitos duradouros, é digno em sentido superior de reviver na biografia" (pg. 102). O homem quase anônimo que tipifica a vida de uma época, o homem comum de uma classe ou de uma re-

gião, o homem igual aos seus contemporâneos, independentemente de sua intervenção atuante nos acontecimentos, não interessa menos ao historiador. Para uma história das mentalidades. Encontrar o homem do século XVI. Ou o "honnête homme" do século XVII. Ou o clérigo medieval. Ou o publicano romano. A biografia de um mercador sem importância. A biografia de um marinheiro sem descobertas. Ou de um soldado sem galões nem batalhas. Ou se fará "heroísmo". Que outra seria a história se se tivessem centenas de biografias de homens e mulheres sem importância! Estudo bem mais difícil que o dos "representative men". Bem o observa Simmel: Temístocles é mais acessível do que o ateniense do século V.

Certo é a história do Brasil o domínio seguro de José Honório Rodrigues: exemplos bons e justos. Crítica oportuna e eficiente. Às vezes extremada: excessivo o que diz, por exemplo, do livro do Prof. Francisco Isoldi (pg. 117). Foi uma bela contribuição à iniciação dos estudos superiores de história na Faculdade idealizada por Alcântara Machado. Estudos universitários esses que nos propiciaram também o magnífico "Primeiros povoadores do Brasil" de Yan de Almeida Prado (17). Se se disser que as "Prelecções de Crítica Histórica" (18) são pouco didáticas, poderemos admitir. Que seu conteúdo não seja bom, não. E marcam uma época. Heroísmo de pioneiro.

O estudo da certeza histórica exige rigoroso processamento lógico. Terra brava. Propor o problema é ato de coragem; enfrentar o cepticismo histórico (mesmo sem abordar precisamente essa questão crucial). Um dragão para um S. Jorge afoito. Necessário encourajar-se com sólida teoria do conhecimento, com os fundamentos da certeza científica e com a relatividade das conclusões da ciência. Problema que reclama pesado lastro filosófico. Ou escorregar-se-á no sangue do dragão.

"Certeza história. Sua natureza". Pleno oceano. Mas José Honório Rodrigues se esqueceu de estudar a natureza da certeza histórica. Apenas uma introdução ao estudo do método. Resultado: a certeza histórica emerge dos documentos. O historiador precisa provar, e para provar usa os documentos. Feita a prova surge a certeza. Muito simples. Como num processo judicial. Por isso a história é uma ciência hermenêutica. "A história, como qualquer ciência indutiva (será?), parte de um núcleo *a priori*, que são os documentos, analisa-os, elabora hipóteses, faz induções, chega livremente à certeza, à convicção, e então reconstrói a realidade do sucedido, não com a simples reprodução de dados, mas com atos de compreensão" (pg. 112). *Atos de compreensão*, eis o que é sau-

(17). — J. F. de Almeida Prado — *Primeiros Povoadores do Brasil* — 1500-1530. Cia. Ed. Nacional. S. Paulo — 1935.

(18). — *Prelecções de Introdução à História e Crítica Histórica*. Edit. Piratiniga. S. Paulo. 1932. (Faculdade Paulista de Letras e Filosofia).

dável. Uma reconstrução da realidade que contém mais que a realidade, o que não está nos documentos: a contribuição do espírito. Mas qual a relação entre certeza e compreensão? A certeza de que, sem definir, nos fala José Honório Rodrigues se traduz no espírito pela convicção, sua medida psicológica. Será portanto sinônimo de exatidão, de harmonia objetiva, algo fora do espírito do historiador? Algo que se engendra pelo jôgo das provas documentais? Ou algo eminentemente subjetivo, interiorizado no espírito, sinônimo de convicção? Afinal que é certeza? Qual a sua natureza? José Honório Rodrigues não cumpre a promessa do título do capítulo.

Certo, o documento não é prova, mas instrumento de prova. "Nunca a fonte equivale à certeza", pois é apenas ponto de partida para se chegar a ela. José Honório Rodrigues nos acena com a superestimação do documento fidedigno como elemento de convicção: o estudo das fontes iluminadas pelas disciplinas auxiliares abre caminho à certeza. É a prova que a define e ela se faz com os documentos, elementos de convicção. Para demonstrar a existência de um fato, o historiador não recorre apenas às fontes, mas à lógica e ao raciocínio. Em última análise, nos documentos o historiador encontraria a certeza, e, como consequência, todo o método repousa sobre o tratamento das fontes.

Mas, José Honório Rodrigues tempera, êle mesmo, a idéia da certeza emergindo de dados puramente objetivos recolhidos nas fontes pelo historiador. Reconhece que a segurança descansa na validade da interpretação que, por sua vez, depende do patrimônio filosófico e teórico do historiador. Então, não são apenas os documentos trabalhados pelo raciocínio os responsáveis pela certeza histórica. Não basta a colheita de fatos autênticos. O historiador não é um mero espectador dos acontecimentos. Se assim é, não se exgota o método com a manipulação dos documentos. Eis o que faltou mostrar.

A certeza que emana dos documentos só pode ser a da ocorrência dos fatos. Quando o historiador raciocina sobre os documentos, que descobre? Fatos ainda. Será o historiador um colecionador de fatos? Claro que não: êle quer compreender. A compreensão, êle a encontraria nos documentos? Não: a compreensão é sua, é o seu domínio de espírito sobre a realidade. Algo que, por assim dizer, se sobrepõe aos fatos. Para além da certeza da ocorrência dos fatos, uma certeza mais compreensiva, um salto da inteligência. Quando se liberta da pura facticidade em busca de conexões, e confrontando os fatos com seus conhecimentos anteriores provoca a faísca de um elemento novo — a compreensão. Este cimento entre os fatos apurados e o lastro dos conhecimentos que já tem é que lhe dá a certeza, "configuração subjetiva". Ela não decorre da reflexão fria sobre informações documentais, não emigra do documento para o espírito do historiador pelo simples ra-

ciocínio. E' enquadramento das revelações das fontes no patrimônio gnoseológico do historiador.

Não se pode fazer depender dos documentos a certeza como se o conhecimento fôsse mero reflexo da realidade acontecida veiculada por eles. "Realismo ingênuo" diria Simmel, essa história feita de fatos tais como aconteceram, sem refração alguma no prisma das vivências do pesquisador. A facticidade não gera a certeza. Esta se comprova sim pela fecundidade, pelo ajustamento do conhecimento novo ao resto do pensamento. Mesmo porque a facticidade só é admitida depois desse ajustamento. Esse patrimônio espiritual anterior é o árbitro da certeza. Um menino que ainda ignora a vida sexual tem do mundo uma visão que julga certa até o dia em que a nova experiência o faz ter concepções diferentes. O historiador que nunca havia atentado às relações de produção não podia ter a mesma compreensão dos acontecimentos que tem hoje. E' por isso que as mesmas informações dos mesmos documentos provocam certezas diferentes em historiadores de épocas diferentes.

Mas, como ligar a certeza impregnada de compreensão aos documentos, instrumentos de prova? Não o responde ainda José Honório Rodrigues.

Provar é acertar ou harmonizar o conhecimento novo com as convicções anteriores. Proporcionar oportunidade para novas certezas. Na medida em que a certeza é a harmonia íntima entre os conhecimentos. Portanto a prova requer receptividade, depende da riqueza e da natureza desses conhecimentos anteriores tanto quanto dos próprios documentos. Como provar que Napoleão morreu em Santa Helena em 1821 a quem não sabe que os homens morrem, nem quem é Napoleão, nem que é Santa Helena, nem em que época viveu, ou nada sobre Waterloo ou sobre a França? Não são os documentos que convencem, nem mesmo os fatos: é a concordância com o que já se tem consolidado no espírito. Um novo fato objetivamente verdadeiro pode não gerar certeza se discordar do que já se tem como certo. Pelo menos até que se atire fora como falso, o que até então se tinha como certo e que agora passou a destacar da nova harmonia que se propõe. Até que isso aconteça, não se admite como objetivamente verdadeira a nova aquisição factual: tem-se a dúvida, conflito entre conhecimentos que estão e conhecimentos que querem entrar. Não há documento que convença se suas informações se chocarem com as convicções preexistentes. Dizêmo-las inverossímeis. Duvidamos da autenticidade do documento, ou da veracidade de seu conteúdo. Condenamos o documento como instrumento de prova. A crítica proporciona fatos autênticos na medida em que representa esse esforço de harmonização.

Assim, fazer depender a certeza da objetividade é condenar a história à indecisão. Há um contingente de subjetividade que

nada deve ao documento: o historiador *participa* dos fatos que estuda no momento da compreensão. E' cúmplice de sua transportação ao presente. Sitiado pelos fatos, é livre de compreendê-los ou não, e dêles só percebe as relações para as quais seu espírito está desperto. Reclama-se imparcialidade: apresentação álgida dos fatos encontrados nas fontes. Neutralidade de cronista a repetir documentos num psitacismo de linguagem atualizada. Deixar falar os fatos. Convenção pseudo-científica: os fatos são mudos como defuntos e quem fala é o historiador. E fala a língua de seu tempo.

Identificar o real histórico com o objetivo encontrado em documentos é roubar a temporalidade ao que é temporal. A própria história que escrevemos é fato histórico: tem o colorido de sua época. A boa historiografia resiste ao tempo não porque seja feita de certezas universais e eternas, mas porque representa uma etapa — a certeza de hoje. Fecunda para adubar as certezas de amanhã.

Miriades de fatos históricos exatos não fazem a história. Seriam um caos. A ordenação desse caos, que não é puramente cronológica, diga-se de passagem, é comandada pelo espírito ao descobrir um fio condutor que impõe a ordem. O realismo é responsável por muita inconsistência: fatos e fatos provados com documentos na mão. Necessária, sem dúvida, a prova entretanto não abrange tôda a tarefa do historiador. Provar que os fatos realmente aconteceram por estarem documentados não é assegurar compreensão. Verdade é que a prova geralmente vem depois. Prova-se alguma coisa que já se sabe anteriormente o que tenha sido. Provam-se hipóteses: explicações à espera de comprovação. E o que provoca a hipótese é a intuição dos fatos; não são os documentos lidos.

Não basta a apuração dos fatos pela crítica para se atingir o repouso da certeza. A certeza é a adesão do espírito e o espírito só se entrega quando crê ou quando compreende. A atmosfera da história é a da compreensão. A compreensão reclama "insight", capacidade de ver dentro da realidade considerada. O que dá a adesão do espírito não são os fatos, são os conteúdos espirituais do passado que se renovam. A compreensão significa domínio da realidade pela visão de sua totalidade lógica, e essa visão dominante o historiador a alcança pela intuição.

Crítica para apuração dos fatos e intuição para sua compreensão têm que seguir juntas. A reconstituição cento por cento objetiva dos fatos pela crítica não existe, e o fator subjetivo por sua vez é limitado pela realidade, comprovada nos documentos. Escravizar o historiador ao documento é condená-lo à impotência.

Tôda a teoria do método em José Honório Rodrigues gira em torno dos documentos — a tirania da prova material subjugando a inteligência aos resíduos do passado. Busca de exatidão a emergir das fontes. Ausenta-se o historiador: seu pensamento serve ao

documento, neutro e impassível. A grande ilusão do cientismo do século XIX. Esse amor, esse desvêlo pelo documento se traduz nessa metodologia a Langlois-Seignobos. Ela é aconselhada pelo que Febvre chama o “feiticismo do fato”, e Dardel, a “superchérie du fait”. Como alguém que do tempo destinado a uma festa gastasse quatro quintos do tempo a preparar a “toilette”. Inútil ficar-se a temperar de mil cautelas o prato quando a fome do “gourmet” aconselha a saboreá-lo. A história cria seu objeto: os fatos históricos são construídos pelo historiador. Construídos não quer dizer inventados. O químico ao misturar elementos obtém novas combinações, não as inventa. Cria-as. Joga com suas provetas com liberdade. Não são os elementos que manobram o cientista, mas este é que os manipula na apuração de suas hipóteses.

Por que o historiador há de gastar seu tempo inteiro purificando os elementos de sua química ou lavando em soda cáustica seus tubos de ensaio? Não são os fatos que governam o historiador. É o historiador que mobiliza os fatos.

O passado é definitivo, mas a história não é o passado. É o passado visto pelo presente. Este presente que amanhã será passado, obrigando a história a recomeçar, quando a história de hoje passar a ser também fato histórico. O historiador trabalha no seu tempo, e não na eternidade. A vida está presente e contagia seu pensamento e sua visão. É pena que nossas pesquisas sejam sempre etapas, sempre provisórias, obrigando os porvindouros a recomeçarem. Pena maior seria entretanto, para eles, se não tivessem progresso espiritual bastante para enxergarem mais, mais profundamente no século XXI, do que fomos capazes de o fazer em nossos dias.

Quando se leem receitas metodológicas fica-se a pensar em uma pesca, uma pesca laboriosa: o historiador, depois de mil angustias, emerge suarento trazendo na ponta do anzol um enorme lambari — o fato histórico, limpinho, rebrilhante, de escamas polidas. E fica sem saber o que fazer com o lambari. Lambari que não nada fora d'água. O fato histórico por muito bem polido que se apresenta, se isolado, não funciona no pensamento do historiador.

Longo tratamento para a descoberta do fato eis o que recomenda a Teoria da História do Brasil. E apenas um magro capítulo, de resto, muito bom apesar da magreza, sobre a compreensão. Estilo século XIX: o fato disciplinando os ardores da inteligência criadora que não devia inquietar a dormência da burguesia comodista.

Entretanto, “a fidelidade ao fato arbitrariamente isolado é a aceitação da fatalidade. Ela destrói a ciência e causa mortais despedaçamentos da consciência” (Morazé). Eis o que está implícito na metodologia construída em tórno dos documentos. Metodologia que escamoteia o historiador. Fruto da decantada obje-

tividade que foi a obsessão dos discípulos de historiadores como Hank ou Herculano preocupados com a exatidão dos fatos. Sem perceberem que essa exatidão que perseguiam, limitada pelos instrumentos de pesquisa disponíveis em cada tempo, era pura construção de seus espíritos. Certo, continuamos a procurar higienizar os fatos aparando-lhes os pêlos excessivos que os mascaram. Mas queremos ir além deles. Esse ir além é que cria a história. História mais que crônica. Porque o acontecimento realmente acontecido e o acontecimento visto pelo historiador não são a mesma coisa. Há um índice de refração na mentalidade do tempo que é incontrolável, mesmo dentre das mais cristalinas intenções de objetividade. E há o elemento de perturbação que é a visão das conseqüências: o que era o futuro misterioso de um fato deixou de ser mistério para o historiador que focaliza processos acabados. O fato bandeirismo era um "rush" de cupidez sertão a dentro. Era só isso nos séculos XVII e XVIII. Hoje, século XX, estamos aquém do futuro daquele fato: o bandeirismo é dilatação de fronteiras, eclosão da mineração, povoamento do planalto, etc.

Essas decorrências invisíveis no tempo do fato são também passado agora. O fato que o historiador vê é mais do que acontece na época em que acontece. A história é pois uma relação ou um compromisso entre o realmente acontecido e a experiência do historiador, entre o passado e o presente. Relação que muda com as variações de mentalidade do historiador. Não será o bandeirismo uma plebeização do quase-feudalismo português ensaiando com elementos populares reeditar em miniatura a opressão de classe, graças ao encontro de uma pobre massa — a indiana — incapaz de resistência? Não pode o historiador marxista ver com seus olhos, o mesmo fato até aqui apenas estudado pela historiografia burguesa?

Essa conceituação diferente da história limitada pela equação pessoal do historiador obriga a rever tóda a metodologia histórica. Um lugar para o historiador.

A preocupação com a crítica, "toilette dos documentos", que era o eixo da pesquisa no século passado — Varnhagen por exemplo — hoje é vista como etapa de erudição apenas. A história vem antes ou vem depois. Não se constrói edifício sem tijolos, mas um monte de tijolos não é um edifício. O arquiteto escolhe e prepara os tijolos, mas a obra arquitetônica reclamou a estesia viva de seu espírito. Cozinhar tijolos bem sólidos — da documentação depende a resistência da obra. Mas isso é preparação. E' quando entra o espírito que emerge a história.

O espírito comanda a escolha e o uso dos documentos. O objetivismo superado reclamava a frialdade, a imparcialidade do historiador, atributos que amarravam o pensamento. A alma do historiador está presente, variável com os tempos, mesmo quando ves-

tida de intenções de neutralidade. Não pode fugir à sua própria mentalidade. O marxista que denuncia o parcialismo da historiografia burguesa o faz em função de sua mentalidade de marxista. A cultura e a experiência anterior do historiador o induzem na escolha dos temas e de seus próprios documentos. Onde a pura objetividade, a canina fidelidade ao documento? O historiador sabe que trabalha para seu tempo e não para a eternidade. Sua obra só é perene como documento de uma mentalidade. Se a obra do historiador não é definitiva, nem mesmo o é a crítica que faz dos documentos, como supõe José Honório Rodrigues. Material e objetivamente o mesmo documento, a escrita de um mercador medieval não é a mesma coisa para um cronista de príncipes do século XV ou para um historiador de depois de Karl Marx. Sim, até os documentos mudam ao atravessarem a espessura dos séculos. Não no conteúdo eterno, mas aos olhos dos homens que os consideram. O historiador também é histórico, sintoma de seu tempo para seus sucessores. Que melhor exemplar da mentalidade do "clerc" da Baixa Idade-Média que esse onímodo Gregório de Tours, a grande fonte de Thierry? Que melhor exemplar dos fins medievais de Portugal que esse insuperável Fernão Lopes? Amanhã quando se quiser retrair o passado burguês do Brasil, a floração dos historiadores de hoje oferecerá espécimes da mentalidade ambiente. Amostras de uma época para os historiadores do futuro. Simonsen ou Cáo Prado em conflito.

A metodologia de José Honório Rodrigues sacrifica exatamente o historiador e suas maneiras de ser. Uma frase de Dardel: "Os grandes historiadores não são os que acumulam os pormenores exatos e as referências, mas aqueles nos quais se pode crer sob palavra." Autoridade que pressupõe liberdade. Livre de seus preconceitos e da preocupação de agradar. A proibidade, eis a chave do método, mais forte que o despotismo das coisas. O critério é pessoal e não é imposto por fichas ou documentos. Da veracidade é o homem que decide segundo suas concepções de si mesmo e do mundo. Na ciência do homem que é a história, não há cautelas metodológicas que possam substituir a virilidade do espírito, o amor à verdade, a fé no próprio homem, a capacidade de rastrear a realidade extinta.

O objetivismo assexuado que arreda o homem à marginalidade, a observação sem participação na atividade criadora é um processo de auto-ilusão. Ao escrever história, o homem há de sentir que faz história, que não é um eunuco no harém dos fatos. Não se trata de colecionar fatos exatos, mas de compreender os fatos, de penetrar na intimidade deles. Supor que a profilaxia do erro exgota o método e excluir o historiador como se fôsse apenas máquina apuradora que recebe os fios de um lado e vomita tecidos de outro, sem nada oferecer de si mesmo, é desenervar a história.

A história não é donzela feita de fatos virgens. Carrega a marca da posse pelos historiadores que a raptaram para seu tempo. Em que pesem os objetivistas, a realidade histórica — o passado realmente vivido pelo homem —, e o conhecimento histórico — a imagem que dêle apresenta o historiador — não são afinal a mesma coisa. A história, atualização do passado. O historiador está presente com idéias, preconceitos, sensibilidade. Com sua ideologia. Dá alguma coisa de si mesmo. O parcialismo inconsciente é mais perigoso: *travesti* que o próprio portador não percebe. Ainda que copiasse documentos subtraindo a própria inteligência. O automaticismo: ou seria humilde veículo das parcialidades do passado ou simples atualização de formas verbais. Copista ou tradutor, não historiador.

Nova história não significa necessariamente novos documentos: novas idéias sobre velhos fatos. Se o historiador restituísse o passado tal e qual, porque não seria igual a antiguidade vista por Fustel de Coulanges, por Mommsen ou por Ettore Pais?

O que se pede ao historiador: boa fé, intenção de imparcialidade, dentro das limitações de sua ideologia. Não deixe de ser o que é numa abstinência monacal de idéias alinhavando fatos sem participação, mesmo porque seria impossível. O que já desesperava Hank. O que se pede é que não ponha a história a serviço de objetivos estranhos a ela.

Eis porque entendemos que José Honório Rodrigues exagera a eficácia metodológica da "toilette" dos documentos. O espírito é mais importante: documentos falsos num historiador honesto são melhor caminho para a verdade que os autênticos nas mãos de um historiador faccioso. O que fazia dizer Febvre: não há história, há historiadores.

A ilusão contrária resulta do fato de certas conclusões de um historiador serem repetidas por tantos outros que passaram a parecer definitivamente certas. Ninguém mais se lembrou de as rever e contestar. Que a Idade-Média resultava das Invasões Germânicas foi repetido por gerações de historiadores. Como aquisição definitiva. Até que Pirenne entendeu demonstrar o contrário. Cabral tinha descoberto o Brasil por acaso até o dia em que alguém se lembrou de que algum indiscreto poderia ter feito essa tolice antes. Verdade é que tanto o historiador honesto que constrói como o historiador parcial que baralha as cartas contribuem para o progresso da historiografia. Fazem pensar. Nem as falsidades são desprezíveis. Há erros dialéticamente fecundos em verdades.

No livro de José Honório Rodrigues, o gosto pelo esforço construtivo do historiador revela-se a cada passo. Uma certa desarmonia de proporções tráí o pesquisador no trabalho: por que longo capítulo sobre a cartografia, e quase nada sobre a estatística ou sobre a psicologia? A estatística que deshumaniza e a psi-

cológia que superhumaniza a história? E a filologia, êsse caminho de achados sensacionais?

Êsse gôsto induz José Honório Rodrigues a alinhar, dentro da história do Brasil, exemplos particularmente bem propostos. No capítulo de crítica de atribuição. Embora se esqueça de discutir a eficácia metodológica dêsse gênero de pesquisa. Mostra a importância das edições críticas com precisas informações. O Gabriel Soares. O Diário de Navegação. O Fernão Cardim. O Diálogo de Grandezas. Frei Vicente. E outros mais. Seu próprio espírito crítico reponta vivo nas apreciações. Boas observações a propósito da historiografia das Minas, da Cultura e Oportunidade, dos Anais do Rio de Janeiro.

Todavia acredita com certa alvura de espírito na eficácia da profilaxia do erro pela crítica. Como se feita por anjos sem pecado original. "Reter o verdadeiro quadro dos acontecimentos eliminando êste elemento subjetivo é a tarefa da crítica histórica" (pg. 243). Eliminar o subjetivo: nunca poderá ser mais que uma intenção, uma boa intenção, dessas que enchem o inferno. Liberação do subjetivo: pedido ao homem para que não seja homem.

Não é feliz a obsessão da objetividade. Um ideal que se pode perseguir sem atingir. O fato histórico não se apresenta sem a oxidação dos tempos que correram sobre êle. Confissão de Febvre: os fatos históricos são construções da história. O fato não vem acabado e cristalizado ao historiador. Nem mesmo inteiro. Para compreendê-lo, êle o arma sobre a ossatura de seus próprios valores. E' limitada a objetividade histórica. A crítica histórica com seu rigorismo formal não satisfaz. Em verdade, o historiador só empreende as pesquisas para as quais foi previamente sensibilizado e procura encontrar na massa dos documentos a prova das idéias que sua experiência anterior inspirou. A objetividade consiste em renunciar a elas se os documentos as desmentirem.

José Honório Rodrigues foi apanhado por duas ondas contrárias — uma que ia, outra que vinha. O positivismo objetivista que procurava afeiçoar a história às ciências naturais, e o historicismo subjetivista que procura humanizar a história. E quis se manter na crista do conflito, escorregando ora para um, ora para outro lado. Suas idéias sobre o método, com a preocupação da exatidão dos fatos e sua filiação cronológica aliada à crença na acessibilidade de sua objetividade e na imparcialidade do historiador, êle as colhe na vaga que recua. E suas idéias sobre a compreensão, ou mesmo sobre a certeza histórica, êle as pesca na vaga montante.

O método que recomenda serve a um espírito de confiança na cognoscibilidade dos fatos e na definitividade das conclusões da historiografia. Mas se a história é o domínio do novo? O fato histórico é o fato que não existia e passa a *ter existido*. Enquanto presente, enquanto acontece, o historiador não pode capturá-lo.

Só o vê depois, retrospectivamente, elegendando o que interessa, engendrando a cõtinuidade pelo alongamento da visão aos fatos posteriores. Eis por que a metodologia de caçada ao fato é insatisfatória.

Assim por exemplo: a crítica de exatidão. Capítulo importante da formalística metodológica. Busca de exatidão. Será o exato o verdadeiro? O historiador não está à margem, medindo maquinalmente os fatos. Não é servo das coisas exatas: que são exatas porque êle as admite como tais. Variando o seu equipamento de conceitos ou seu sistema de contrõle, certo, estourará essa exatidão. Ele apanha os fatos que quer. Os que cabem na genealogia de seu interesse. Apurar exatidão é necessário, mas não se deve condenar o arquiteto a fabricar tijolos todo o seu tempo. Com os fatos exatos bem se pode nada compreender de "devenir" histórico. As conexões não se oferecem como fatos senão quando o historiador as vê. Essa visão talvez seja intuitiva. Sem ela não há compreensão possível. Porque a história não é um inventário de fatos exatos.

E' o que se infere do último capítulo da obra: história não é relatório, mas também compreensão. E' principalmente compreensão. Com material prèviamente esterilizado pela assepsia da crítica, sem coloridos imaginativos de artista, mas sempre num panorama visto através do vidro da ideologia do tempo. O historiador deve compreender êsse material, superar a "instância documental", extrair dos textos "a plenitude da vida que foi", usando seu direito de interpretar. Ou toda a compreensão estaria excluída. "Pelo documento sim, mas também além do documento" (pg. 247). Nestes "além do documento" é aonde entra a mentalidade do historiador. De fato, é terrorismo metodológico a escravização ao documento.

Apurar o fato e depois compreendê-lo, diz José Honório Rodrigues. Já não estamos de acõrdo. Compreendê-lo apurando-o, eis o que parece certo. Compreensão que se enquadra num certo limite que é de cada época. Não quer que as teorias conduzam o historiador, mas que apareçam e final (pg. 250). Eis o que não pode ser; a teoria se apossa da inteligência e a inspira. Quem procura sabe o que procura. Certo: é a teoria que oferece a compreensão.

"As concepções históricas fundam-se em idéias distintas sôbre a essência, a estrutura e a origem do homem" (pg. 251). Tenha ou não consciência disso o historiador. Carga de idéias, como o cravo que perfuma tôdas as mercadorias que vão a bordo. Não as tem simplesmente por causa dos fatos, ou melhor, tiradas dos fatos que está estudando. Tiradas antes dos fatos que está vivendo. De seu tempo, ou de outros tempos, porém mestiçadas com o presente. Aliás, a sensibilidade às idéias de outros tempos, essa

receptividade é uma das qualidades que o historiador adquire no trato do passado.

Os fatos históricos não são puro desenvolvimento, nem simples produtos de circunstâncias, mas também ações conscientes ou inconscientes do homem (pg. 252). Eis como se restitui a história ao homem. Estudar objetivamente os fatos, como se os nomes anônimos estivessem dentro de uma bola que rolasse segundo as leis da gravidade, por uma harmonia matemática de forças redutíveis a fórmulas, segundo leis comprováveis, é uma ilusão de certa historiografia superada. O homem está presente — algo mais que um número ou uma letra. Ele pode descombinar. Instrumento de uma classe, expressão de uma mentalidade, é sempre ele que age.

Neste último capítulo, a influência de Ortega y Gasset corrige o esquematismo metodológico dos anteriores. A compreensão, eis o importante. Mas não é preciso separar, como recomenda e pratica o Autor, a pesquisa e o pensamento compreensivo (pg. 253). Nem se pode. Ou vão juntos ou se perdem: a pesquisa sem o pensamento é árida como um inventário, o pensamento sem ela é inconsistente.

Condicionada aos interesses especiais e à cultura do momento, a história é constantemente reescrita. - Relativismo histórico. O texto fica, a teoria passa. Sim? Acontece que o texto varia também porque para a história ele é como pode ser visto, e essa visão varia com o tempo. O texto não é um absoluto, superior ao tempo. Do contrário seria eterna uma história feita de textos. Se fôsse história, é claro.

Sinceramente, só por este último capítulo que sofre também o mal da pressa, já se justificaria o livro. Contradiz coisas longamente expostas anteriormente. Felizmente. José Honório Rodrigues crê na permanência dos textos e dos documentos (porque considera apenas a permanência física), e por isso se espraia no que considera trabalho definitivo — a higiene das fontes. Admitido, porém, o relativismo dos resultados, a incidência da ideologia na elaboração do trabalho da história, essa tarefa de saneamento deixa de ser a mais importante. O mais importante é o historiador, os seus processos mentais (por que não estudar, por exemplo, o método dialético opressivo mas fecundo na historiografia moderna?), e, o que é talvez alarmante, a época do historiador. Nesse sentido a história da historiografia se torna o melhor manual de metodologia histórica. É a própria história que ensina como se há de escrever história. Aliás todo o formulário metodológico é também relativo. Langlois-Seignobos foi ultrapassado. Como Bernheim também. Como o livro de José Honório Rodrigues é fruto de sua mentalidade de homem do século XX, e, de certo, dentro de um século, só parcialmente poderá servir ainda.

Apesar dessa superestimação da metodologia formal, no livro encontram-se observações fecundas. “A pura exibição de um documento não significa nada, como o testemunho não é prova, mas instrumento de prova. A prova convence, o testemunho pode trazer a dúvida, que é o início de toda a sabedoria” (pg. 112). Escrever isso é também um começo de sabedoria. Certos historiadores nossos deveriam meditar sobre essa verdade para sofream seu feiticismo ante o tabú do documento. O documento é motivo para a inteligência, para a reflexão. Certezas que são cristais de hipóteses. E de certezas se faz a história. Certezas alternadas com hipóteses. Se os documentos se contradizem há um desafio à meditação. Se se confirmam, perigosa sedução da adesão impensada. O que o historiador não pode fazer é precipitar-se atrás de uma idéia bonita como um fauno no cio, e impingí-la sem comprovação como uma “trouvaille” indiscutível. O simplesmente lógico pode não ser verdadeiro: a realidade humana não é necessariamente lógica. Nem sempre racionalmente age o homem: atribuir-lhe coerência é ignorar primariamente sua natureza. Nem o homem isolado, nem as sociedades.

Justo o reclamarem-se do historiador conhecimentos de metodologia histórica: controle das informações e da utilização delas. Contra a mística do documento e contra o vício das edificações aéreas de teorias arbitrárias e tentadoras. Contra a hiper-crítica esterilizante e contra a macumba do documento. De acordo com a idéia de criação de uma cadeira de Introdução aos Estudos Históricos nas Faculdades de Filosofia. José Honório Rodrigues poderia com proficiência regê-la ou, pelo menos, ministrar cursos de extensão. O interesse dos estudantes por estudos dessa natureza confirma sua necessidade (19). A plétora do currículo atual, entretanto, é grave obstáculo.

O estudo das fontes é, sem dúvida, sem sombra de dúvida, muito importante. Principalmente quando, feito entre nós o balanço de nossas coleções, tropeça-se com uma indigência franciscana, como bem o comenta o Autor (pg. 141).

Clássicos os capítulos sobre disciplinas auxiliares. Todavia, omissões: nem palavra sobre a estatística ou a filosofia. Nem sobre as técnicas modernas de investigação. Nem palavra sobre as ciências irmãs que também são auxiliares: a sociologia, a política, a economia, a etnologia, a lingüística, a geografia, a tecnologia, etc. etc. E a filosofia? De certo não se tratava de abrir arena para o enfadonho embate sobre os limites de cada uma. Bairrismo de cientistas neófitos ou aposentados. Tema superado como o demonstra L. Febvre, uma vez que o rótulo de uma boa pesquisa importa pouco. Se ela é realmente boa. Da colaboração das ciências do homem

(19). — Ainda em recente congresso de estudantes realizado nesta Capital, por proposta de nossa ex-aluna Helena Kohn, foi aprovada uma indicação nesse sentido.

resultará o melhor conhecimento de seu objeto, sem preconceitos de fronteiras. “Casa Grande e Senzala” é história ou sociologia? Que importa? E’ bom e isso basta. O resto é problema de bibliotecário para saber em que gaveta de fichário deve classificar.

Todó o estudo sôbre disciplinas auxiliares tende a ser hoje mais ou menos insatisfatório. Tôda a ciência é solidária. O historiador “cherche son plaisir où l’on trouve”. Contribuem tôdas as ciências, humanas ou não. Seria ingenuidade supor que há “barren grounds” para a curiosidade do historiador. Para conhecer êsse monumento de complexidade que é o homem considerado no tempo, pensando, agindo, sentindo, vivendo, a história mobiliza todos os recursos consolidados pela ciência. O historiador oniciente? Não: cada macaco no seu galho. Se furtar alguma jaboticaba do vizinho, será apenas uma infração de trânsito.

José Honório Rodrigues crendo que o estudo do processo da crítica histórica é a chave de todo o método de pesquisa, fá-lo claro, excelentemente ilustrado com exemplos brasileiros. A história das famosas cartas de Artur Bernardes em 1922, de tão profundas conseqüências, é empolgante: Pena que não a tenha utilizado para demonstrar a eficácia histórica dos documentos falsos. Como as famosas Atas das Côrtes de Lamego a inspirarem as reivindicações portuguesas de 1640. Teria gostado de encontrar aqui o apaixonante problema da crítica dos mitos e lendas que a sociologia vai escamoteando.

Também a crítica de atribuição mereceu o carinho de bons exemplos. Mas ficou em meio do caminho ao mostrar apenas o historiador refletindo sôbre os problemas. Afinal, que importância tem que as Cartas Chilenas sejam de Gonzaga ou que a Arte de Furtar seja de Antônio de Sousa Macedo? A crítica de autoria não é tarefa de mera curiosidade ou torneio de habilidade mental. E’ a própria credibilidade que está em jôgo: o valor de um documento oscila com o valor de seu autor e com sua localização no tempo. Ao se determinar a autoria, é a valoração do documento como prova que se busca.

A propósito da crítica de textos. Exemplos convincentes de edições críticas. Os critérios do comité anglo-americano de 1923 que apresenta (pg. 223) mereceriam ser meditados para adoção uniforme entre nós. Bom serviço, o divulgá-los.

Fim do livro. Mau o sistema de acumulação de notas fora de cada capítulo. Ninguém salta 200 páginas para fisgar uma citação. E as notas merecem leitura tanto quanto o texto: são de confortadora riqueza e adequação. Índice de autores — índice de vaidade. Apenas o remissivo de assuntos seria preferível. Ausência de bibliografia classificada. Tão estranha omissão num bibliógrafo só se explica por imperativos editoriais. Mas o leitor sente-se roubado.

Afinal. Um belo livro que reflete intenso e honesto labor e faz repensar problemas. Nem sempre conciso, mas bem cuidado sempre. Mais expositivo que construtivo. Frente aos problemas, constantemente José Honório Rodrigues prefere historiar-los em vez de resolvê-los. Discreção ou insegurança? Tornar-se-á clássico em português. Para quem pretenda embrenhar-se pelos sertões da história armado de um rcteiro.

“Certo, uma reforma das ciências humanas é necessário”, pre-nuncia Morazé. Essa reforma há de partir das conquistas consolidadas através do paciente inventário dos resultados do trabalho e do pensamento dos historiadores. Consolidar as aquisições foi a tarefa de José Honório Rodrigues. Esperemos a mesma energia construtiva na obra maior de renovação, a busca dos caminhos inesperados nas áreas panorâmicas do pensamento criador.

*
* *

Ainda um P. S. A Biblioteca Lamego não está incorporada à Biblioteca Municipal (lá estão as de Felix Pacheco, a de Hercúlio de Freitas). Pertence à Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Como a de Sílvio Portugal (preciosa para a história do Direito) pertence à Reitoria da Universidade. Como a de Basílio Magalhães e a de Estevam de Almeida se despedaçaram. Como a de Yan de Almeida Prado regamente oferecida à Prefeitura ainda não foi colhida por dissídia do Governo. Sente-se a tentação de dizer ao ilustre historiador dos Primeiros Povoadores que a secção de História da Universidade tem uma indisfarçável inveja dessa oferta.

EDUARDO D'OLIVEIRA FRANÇA

Professor da Cadeira de História da Civilização
Moderna e Contemporânea (U.S.P.).